

O abandono do Estado



Um paradoxo está embutido no modelo de desenvolvimento da Índia: por um lado, há uma mobilização crescente dos grupos da sociedade civil e tentativas de empoderar as pessoas marginalizadas em vários níveis, com influências aparentemente positivas nos pronunciamentos sobre políticas públicas; por outro lado, existe a retirada do Estado de suas atribuições e papéis essenciais, especialmente de sua função constitucional de assegurar a equidade social. Os resultados são assustadores, em especial no que diz respeito à segurança humana. As privações e a repressão crescente dos grupos marginalizados têm resultado no enfrentamento entre comunidades.

Coalizão Nacional do *Social Watch*
Bobby Kunhu¹

A liberdade é o elo entre o desenvolvimento e a democracia. A pobreza é a negação do direito de viver com dignidade... O desenvolvimento com equidade, justiça, distribuição e participação é um pré-requisito para a sobrevivência e o crescimento da democracia indiana.²

Setores substanciais da população indiana sofrem sérias privações em relação a um conjunto bem conhecido de necessidades básicas, tais como alimentação adequada, habitação, vestimenta, atendimento à saúde, educação primária, água potável e saneamento. De fato, as maiores deficiências das transformações econômicas lideradas pelo Estado depois da independência não são a falta de crescimento econômico ou de industrialização – ao contrário, nesses aspectos o desempenho indiano tem sido, no mínimo, respeitável –, e sim as políticas e os processos que facilitam o atendimento a necessidades e direitos básicos. Além disso, existe certa preocupação de que as perspectivas possam ter

pioorado relativamente em relação a algumas dessas necessidades básicas, durante o que se descreve comumente como o período das reformas econômicas, ou seja, de julho de 1991 em diante.

Embora as pessoas que defendem o livre comércio celebrem uma taxa de crescimento de 6% em 2002,³ há consciência da crescente desigualdade e marginalização de grupos que já eram excluídos.⁴

Orçamento e direitos socioeconômicos

Quando se observa com cuidado através do labirinto do jargão e da retórica oficial, fica-se em dúvida em relação ao compromisso do governo de redução da pobreza e de implementação dos direitos socioeconômicos.

Por exemplo, desde que a educação tornou-se um direito fundamental na Constituição indiana, as alocações orçamentárias para implementação desse direito ficaram progressivamente menores, a despeito das promessas regulares do governo de fazer justamente o contrário. No orçamento de 2003, houve somente um aumento marginal na alocação orçamentária real planejada para educação. A conta de receitas, sob alocações não planejadas para educação,

declinou em alocação *per capita* real de somente 15,40 rupias indianas (US\$ 0,33) para 14,68 rupias (US\$ 0,31), entre 2002 e 2003. A alocação planejada para educação foi reduzida de 0,30 rupias (US\$ 0,006) *per capita*, em 2002–2003, para 0,18 rupias (US\$ 0,003), em 2003–2004. Além disso, foram eliminados planos de educação importantes, como o Programa Nacional de Educação das Mulheres.⁵

O plano do governo central *Sarva Shiksha Abhiyan* (educação para todos, em híndi) resultou num aumento de alocação orçamentária de 15,12 bilhões de rupias indianas (US\$ 328 milhões), porém sem atingir a meta declarada de que todas as crianças com menos de 14 anos estivessem na escola até dezembro de 2003. O silêncio sobre esse fracasso talvez seja demasiado ensurdecedor até mesmo para o governo. Ficou evidente a crescente dependência das forças do mercado para atender ao déficit educacional.⁶

5 CBA. *The marginalised matter*. 2003. Ver também SAMUEL e JAGADANANDA, *op. cit.*

6 Observam Samuel e Jagadananda: "Embora a taxa de alfabetização tenha subido de 18% em 1951 para 65% em 2001, a terça parte dos analfabetos do mundo está na Índia. De aproximadamente 200 milhões de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos, somente 120 milhões estão matriculadas. Alocação orçamentária insuficiente, péssima infra-estrutura escolar nas zonas rurais, elevadas taxas de evasão escolar, preconceitos em função das castas e do gênero etc. são as características de nosso sistema educacional".

1 Bobby Kunhu é advogado de direitos humanos e coordenador da Coalizão Nacional do *Social Watch* da Índia.

2 SAMUEL, John; JAGADANANDA (Eds.). *Making sense of democracy: an introduction to Social Watch India*. Citizens Report on Governance and Development. Nova Délhi: Coalizão Nacional do *Social Watch*, 2003.

3 Informações obtidas em: <www.adb.org/Documents/News/2002/nr2002048.asp>. Acesso em: 5 nov. 2004

4 DATT, Gaurav; RAVALLION, Martin. Is India's economic growth leaving the poor behind?. World Bank, 2002. (Working Paper Series 2846).

Gasto com saúde é o mais baixo do mundo

O cenário do setor da saúde também não é encorajador. Como afirmava o Relatório Cidadão sobre Governança e Desenvolvimento 2003, do *Social Watch* da Índia,

o nível dos gastos públicos com o setor de saúde é o mais baixo do mundo. O sistema de saúde da Índia é o mais privatizado de todo o mundo. Dos gastos com saúde agregados, 83% estão alocados a gastos privados, ao passo que 43% das pessoas pobres dependem dos hospitais do setor público para atendimento médico. A privatização e a desregulamentação do sistema de saúde resultaram em aumentos nos preços dos medicamentos. Embora crivada de contradições, a nova Política Nacional de Saúde de 2002 legitima a privatização em curso. Os gastos com a saúde pública, atualmente abaixo de 1% do PIB, são muito inferiores aos 5% do PIB recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os gastos com saúde, que já eram reduzidos, caíram drasticamente no orçamento de 2003. Na verdade, a maioria dos compromissos assumidos pelo governo está relacionada à privatização do setor saúde e foi feita em benefício dos interesses do mercado.⁷

A política farmacêutica de 2003 também contribuiu para tornar ineficaz o mecanismo de controle de preços de medicamentos. Esse mecanismo foi instituído em 1978 para manter os preços de todos os medicamentos sob controle. No entanto, o número de remédios controlados diminuiu para 35, o que representa cerca de 22% do mercado total. A consequência disso é o menor aces-

so a medicamentos e aos sistemas de atendimento à saúde, especialmente para os setores mais marginalizados da sociedade.⁸

O governo reduziu os gastos com o programa geral de nutrição, de 79,2 milhões de rupias (US\$ 1,7 milhão) para 77,7 milhões de rupias (US\$ 1,6 milhão) no orçamento de 2003. Foi feita também uma

alocação insuficiente de US\$ 110 milhões com a meta impossível de retirar da pobreza um quarto da população que vive abaixo da linha de pobreza. Houve um decréscimo geral dos gastos com o setor social, especialmente no que diz respeito aos setores marginalizados, como os *dalits*,⁹ *adivasis*,¹⁰ mulheres etc.

Tabela 1 – Gastos públicos com saúde como percentual dos gastos públicos totais (%)

ESTADO	1980-81	1998-99
Andhra Pradesh	7,63	8,45
Arunachal Pradesh	5,43	—
Assam	5,23	4,65
Bihar	5,49	4,81
Goa	—	5,11
Gujarat	6,08	5,41
Haryana	6,51	3,84
Himachal Pradesh	10,65	6,38
Jammu e Caxemira	11,82	5,16
Kerala	9,57	5,47
Madhya Pradesh	7,59	5,80
Maharashtra	6,53	4,84
Manipur	8,66	4,67
Meghalaya	15,34	7,22
Mizoram	—	4,93
Nagaland	9,57	5,39
Orissa	6,70	5,58
Punjab	6,52	4,73
Rajastão	10,21	6,42
Sikkim	5,65	2,84
Tamil Nadu	6,56	8,32
Tripura	4,57	4,69
Uttar Pradesh	5,89	4,10
Bengala Ocidental	9,07	6,49

Fonte: Versão Preliminar do Décimo Plano Quinquenal, vol. III, Comissão de Planejamento.

7 Samuel e Jagadananda indicam: "Atualmente, os gastos com saúde pública, como percentual dos gastos públicos anuais agregados com saúde, é de 96,9% no Reino Unido, 44,1% nos Estados Unidos, 45,4% em Sri Lanka e 24,9% na China, porém na Índia são somente 17,3%".

8 RAMACHANDRAN, P. Unhealthy policy. *Frontline*, 15 mar. 2002. Ver também SAMUEL e JAGADANANDA, *op. cit.*

9 Os *dalits* ou intocáveis são o grupo mais marginalizado da Índia. Há cerca de 240 milhões de *dalits* (25% da população) no país e, na maioria dos casos, são pessoas relegadas a trabalhos servis.

10 Acredita-se que *adivasis* eram habitantes originais da Índia. Há cerca de 70 milhões de *adivasis* (8% da população) do país. Na maior parte, são pessoas marginalizadas, dedicadas à agricultura e à caça/coleta.

Desemprego

O desemprego foi uma das tendências mais perturbadoras que acompanharam a mudança para a economia de mercado. O desemprego oculto continua a ser uma preocupação, mas o desemprego aberto tornou-se um problema sério. O colapso do setor público e as conseqüências em termos de falta de oportunidades e o crescimento lento do setor privado resultaram em forte desaceleração do emprego no setor organizado da economia. De fato, a parcela da força de trabalho no setor formal é somente de 8% e há sinais de que a vulnerabilidade da força de trabalho no setor informal possa estar crescendo. O mais alarmante é o aumento das mortes por fome e suicídios de pessoas que vivem da pequena agricultura e daquelas excluídas do processo produtivo, em 2003. Essas mortes podem ser atribuídas à crescente insegurança em relação aos meios de sobrevivência, tanto na zona rural como urbana.

Conflito de terra

A situação da distribuição de terras também merece atenção. Com raras exceções, como a iniciativa do governo estadual de Madhya Pradesh de entregar pequenos lotes de terra a *dalits*, as políticas de distribuição de terra em todo o país têm sido, em geral, de caráter regressivo. Terras públicas foram transferidas para empresas privadas, como no estado de Tamil Nadu, ao passo que não existe praticamente nenhuma tentativa de distribuição para os sem-terra.¹¹

Nesse contexto, o debate sobre mega-projetos de desenvolvimento e o deslocamento de populações é especialmente grave. O exemplo mais gritante disso é a discussão sobre o projeto do Vale de Narmada. A Agência de Controle de Narmada recomendou que a altura da represa de Sardar Sarovar fosse aumentada de 95 metros para 100 metros.¹²

Um grande número de *adivasis* foi deslocado por causa das inundações em conseqüência do aumento da altura da represa e seu reassentamento foi muito insatisfatório. As condições das pessoas afetadas em Madhya Pradesh são ainda piores: a grande maioria das 35 mil famílias deslocadas ainda não foi reassentada e outras 12 mil famílias enfrentam o desalojamento nessa estação de monções.¹³ O governo estadual declarou abertamente que não há terras disponíveis para as pessoas desalojadas e está concedendo uma indenização em dinheiro – uma violação das diretrizes do Tribunal de Disputas da Água de Narmada, ratificadas pela Corte Suprema em 2000.¹⁴

A classificação de terras geradoras de receita como áreas florestais é outro processo que nega os direitos de propriedade e o acesso à terra a comunidades inteiras e às pessoas a que legitimamente pertencem. Isso até levou à violência em Wayanad, no norte de Kerala, onde a polícia abriu fogo contra um grupo de *adivasis*, que supostamente estavam ocupando terras florestais, matando várias pessoas.¹⁵

O pretexto do terrorismo

Outro problema de segurança humana é a desculpa do terrorismo, que está sendo utilizado como pretexto para o aumento dos gastos militares, assim como para a introdução de mudanças repressivas no sistema de justiça criminal, com pouca atenção às normas constitucionais. O melhor exemplo é o pronunciamento recente feito pela Comissão do Juiz Malimath, recomendando que poderes draconianos de polícia, próprios de legislação especial como a Lei de Prevenção do Terrorismo, sejam estendidos à legislação criminal geral.¹⁶ Mesmo dentro do sistema atual, são os grupos marginalizados que levam a pior.

Após ter analisado a atitude governamental em relação ao compromisso orçamentário com a sociedade em geral e com as comunidades marginalizadas em particular, devemos observar as condições reais de comunidades específicas. As privações e o aumento da repressão estatal contra as comunidades marginalizadas, tanto em termos econômicos como culturais, estão levando a uma situação em que as comunidades se voltam umas contra as outras na disputa pelo pouco que o Estado tem a oferecer em termos de direitos humanos básicos. Isso levou a situações, como em Gujarat, onde forças repressivas e fundamentalistas usaram comunidades marginalizadas para atacar grupos minoritários. Na Índia, a privatização indiscriminada e a resultante erosão dos direitos socioeconômicos têm tido conseqüências desastrosas. ■

12 *The Hindu*, 14 maio 2002.

13 Vento periódico típico do sul e do sudeste da Ásia que, no verão, sopra do mar para o continente.

14 Informações obtidas em: <www.narmada.org/sardarsarovar/damincrease.html>. Acesso em: 5 nov. 2004

15 THAKKAEKARA, Mari. What really happened. *Frontline*, 15 mar. 2002.

16 NARRAIN, Siddharth. Rights and criminal justice. *Frontline*, 13 set. 2003.